

TELESCOLA: “UM SISTEMA DE ENSINO COM TELEVISÃO”

LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES (FLUP/CITCEM) E FRANCISCO PEREIRA (FLUP)

RESUMO

Este capítulo sintetiza um conjunto de investigações que foram desenvolvidas no âmbito do projeto de investigação, INOVAR - «Roteiros da inovação pedagógica: Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX», e procura destacar o papel pioneiro e relevante que a Telescola, enquanto subsistema de ensino, assumiu no contexto educativo português no decorrer do século passado.

Surgida na década de 60 do século XX, a Telescola rapidamente deu provas da sua eficiência enquanto subsistema educativo dotado de um carácter inovador e integrador. Assumindo a televisão educativa como o centro nevrálgico de todo o processo instrutivo, a Telescola afirmou-se como estratégia sem par na tentativa de contrariar o marasmo em que se encontrava a educação portuguesa, bem como possibilitou verdadeiramente a democratização do ensino em Portugal.

Se não bastasse o sucesso alcançado pelos alunos para comprovar o mérito pedagógico deste “sistema de Ensino com a televisão”, a complexa rede de postos de receção das emissões televisivas, bem como as avaliações manifestamente positivas dos relatórios nacionais (GAT) e internacionais (OCDE) viriam confirmar a qualidade deste subsistema, o único exemplo de televisão educativa bem fundado a nível europeu.

Destacaremos nesta parte a distribuição dos postos da Telescola, no tempo e no espaço, para melhor aferirmos o carácter nacional que assumiu este subsistema.

Palavras-Chave: Telescola; Educação; Televisão Educativa; Audiovisual.

1. INTRODUÇÃO

“(…) afigurou-se ser chegado o momento de iniciar a utilização sistemática, para fins educativos, e sob a égide e orientação pedagógica do Ministério da Educação Nacional, de um novo meio audiovisual, por ele ainda não empregado: a televisão. (…). Encontramo-nos assim na véspera de um acontecimento que abrirá novos horizontes à ação educacional (…)” (TELLES, 1966, p.110-111)

Esta declaração de princípios partilhada pelo Ministro da Educação na Radiotelevisão Portuguesa e na Emissora Nacional, em 12 de dezembro de 1963, representa o ponto de chegada de uma crescente pressão sobre a nossa educação por parte de entidades internacionais (nomeadamente a OCDE), mas também o reconhecimento por parte do Estado Novo que urgia inovar, aproveitando as novas tecnologias disponíveis no início da década de 60 do século XX. Representa também a sequência normal relativamente a um conjunto de medidas que vinham sendo tomadas no âmbito educativo desde os inícios da década de 50 do século XX.

Significa, por exemplo, a vontade de dar continuidade a um processo de alfabetização crescente da população portuguesa iniciado com a aprovação em 1952 do Plano de Educação Popular. O Plano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 968 de 27 de outubro de 1952, referia que a taxa de analfabetismo da população portuguesa com 7 ou mais anos em 1890 era de 75.9% e que em 1930 ainda era de 61.8% o que fazia com que este regime tivesse a responsabilidade de encontrar soluções para este tão elevado índice de analfabetismo. Tal desiderato estava a conseguir realizar-se, pois refere o decréscimo destes números para 40.4% em 1950. Este Plano pretendia “(…) tornar exequível o princípio da escolaridade obrigatória” (DECRETO-LEI, 1952, p.1069), reorganizar a assistência escolar, criar cursos de educação para adultos e promover uma campanha nacional contra o analfabetismo. Nos adultos e nos adolescentes a taxa de analfabetismo também era grande (entre os 14 e os 35 anos eram cerca de 1 milhão em 1950) o que fazia com que este Plano de Educação Popular também incluísse uma Campanha Nacional de Educação de Adultos. O decreto referia que era importante chamar a atenção da opinião pública para este problema e que os particulares também tinham de participar para a expansão da cultura popular. Assim, o Estado iria “confiar” especialmente na “cooperação da imprensa, da rádio, do cinema, do teatro, da organização corporativa, dos estabelecimentos de ensino particular, das agremiações desportivas, das diferentes entidades coletivas de carácter cultural e

dos párocos” (DECRETO-LEI, 1952, p.1080). Neste contexto, e utilizando o cinema, surgem as Campanhas do “Zé Analfabeto”. Estas utilizavam a figura de Vasco Santana e procuram passar a mensagem sobretudo aos mais velhos.

Em 1956 (DECRETO-LEI, 1956, p. 2076-2087) fez-se o balanço de quatro anos destas medidas. Adensava-se a ideia que o combate ao analfabetismo tinha de continuar reforçando-se a escolaridade obrigatória, assistência escolar, a normalização da educação supletiva dos adultos, a uniformização das normas reguladoras do ensino oficial e particular e a reorganização da Direcção-Geral do Ensino Primário.

Apesar de todos os esforços o atraso português na educação continuava muito grande em relação aos países europeus.

A verdade é que o final da II Guerra Mundial alterou as perspetivas e objetivos políticos e sociais em todo o mundo. Devido à crescente necessidade sentida de nova mão de obra pela indústria surgia uma maior preocupação dos governos formarem pessoas com as qualificações necessária para combater essa lacuna. Corporizando estas preocupações a nível europeu, a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – procurava recolher, sistematizar, comparar e fornecer indicadores que permitissem uma maior consistência às políticas educativas. Esta organização, à qual Portugal pertencia desde a sua fundação, preparou o Projeto Regional do Mediterrâneo cujos resultados foram publicados em 1963 e 1964 e que revelaram o lugar da educação portuguesa nos rankings internacionais. A participação de Portugal neste projeto foi da iniciativa do Ministro Leite Pinto que pediu ajuda financeira e técnica à OCDE de forma a poder combater as necessidades de mão de obra já referidas anteriormente. (Despacho do Ministro da Educação de 21 de outubro de 1960). Neste projeto também participou a Turquia, Grécia, Espanha, Itália e Jugoslávia. Ficou acordado que cada país teria uma equipa que trabalhava diretamente com a OCDE. Em Portugal essa equipa era constituída por investigadores do Centro de Estudos de Estatística Económica do Instituto de Alta Cultura.

Foram dois os relatórios produzidos: *Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa (1950-1959)* e *Evolução da estrutura escolar portuguesa-previsão para 1975*. Do primeiro relatório surgia um diagnóstico claro sobre o panorama educativo português e do que deveria ser mudado:

- Limite baixo da escolaridade obrigatória (4 anos);
- Queda das taxas de escolaridade;
- Fracas taxas de aproveitamento;
- Dificuldades do desenvolvimento económico e social da País.

Era evidente a falta de escolarização da população portuguesa e que era fundamental mudar, para assim o país poder desenvolver-se.

O segundo relatório foi mais do que um planeamento educativo, pois consistiu num estudo mais complexo sobre a evolução do sistema educativo português e numa projeção até 1975. As conclusões deste relatório fizeram com que ocorressem efetivamente mudanças em Portugal.

A importância de alargar a escolaridade obrigatória para os 6 anos foi acatada e, como tal, surgiu o Decreto-Lei n.º 45 810 de 9 de julho de 1964 no qual o Ministro da Educação Galvão Telles legislou sobre esta medida. Foram propostas três vias:

- O 1º ciclo liceal e o ciclo preparatório do Ensino técnico passavam a ter caráter obrigatório;

- A extinção do 1º ciclo do ensino secundário e a criação de um ciclo complementar do ensino primário;

- A criação de um ciclo complementar do ensino primário simultaneamente com o 1º ciclo do ensino secundário.

Assim, ao Ensino Técnico Elementar e ao 1º Ciclo dos Liceus juntou-se a terceira alternativa: a criação de um Ciclo Complementar do Ensino Primário. Esta alternativa foi a escolhida, pois era a que necessitava de menos fundos para a sua implementação e era a que se encontrava em vigor na Espanha e França. Para o prosseguimento dos estudos os alunos provenientes do Ciclo Complementar do Ensino Primário teriam que prestar provas de Francês. Um facto curioso é o próprio decreto referir que a passagem para os 6 anos de escolaridade obrigatória surgia devido a pressões externas e não de uma vontade política de Portugal.

Esta nova realidade veio revelar outras carências que teriam de ser suplementadas para que estas medidas pudessem ser efetivamente postas em prática. Exemplo dessas carências era a falta de professores credenciados e de estabelecimentos de ensino que conseguissem albergar todos os alunos. Galvão Teles encontrou nos meios audiovisuais uma solução. Acreditando no papel importante que poderia ter no panorama educativo português, em 1964 divulgou a sua intenção de os utilizar em prol da educação.

“ Falei há pouco num universo sedutor de ideias, de formas, de realizações que despertam e solicitam as nossas faculdades imaginativas e criadoras, como vasto repositório de soluções a tentar, de caminhos a percorrer, de modalidades ou processos a experimentar, nesta insofrida ânsia de tornar sempre mais perfeita a ação educativa.

A esse universo rico e complexo pertencem, entre tantas outras formas, os chamados meios audiovisuais como veículos ou auxiliares da docência. O som e a imagem ao serviço do ensino – eis uma nova realidade que o avanço da técnica vem possibilitando. A ação educativa torna-se mais extensa, mais profunda, mais eficaz, se utilizarmos como adjuvante de expressão a imagem e o som, com

todo o seu imenso poder de sugestão sobre os espíritos.” (TELLES, 1963, p. 5-6).

É desta forma que o Ministro Galvão Telles no seu discurso do dia 12 de dezembro de 1963 revelava ao país a sua intenção e fervor de utilizar os meios audiovisuais na educação. Percebe-se o seu entusiasmo pela utilização destes meios e a sua crença de que estes teriam um papel fundamental na educação portuguesa e na necessidade de abranger todos os jovens na escolaridade obrigatória.

Neste discurso feito através da Radiotelevisão Portuguesa e Emissora Nacional o Ministro informava e explicava ao país os traços gerais deste novo projeto que era a Televisão Escolar e Educativa o qual vinha já a ser preparado há algum tempo.

Para este projeto o Ministro tinha criado uma “comissão de estudos, presidida pelo Dr. António Leónidas, de que faziam parte ainda outros representantes do Ministério da Educação Nacional, e também da Radiotelevisão Portuguesa e da Fundação Calouste Gulbenkian” (IDEM).

Criada oficialmente pelo *Decreto-Lei n.º 46 136*, de 31 de dezembro 1964, em pleno Estado Novo, regime político instituído em Portugal pela *Constituição de 1933*, a Telescola acabou por ser extinta, através de legislação específica, já durante o regime democrático. (Foi criada na dependência do IMAVE, criado no mesmo dia pelo *Decreto-Lei n.º 46 135*, de 31 de dezembro de 1964)

No dia 6 de janeiro de 1964 iniciou-se o ensino à distância em Portugal, através da televisão e de um modo provisório. Do processo de discussão em sede parlamentar e do enquadramento legal necessário, faremos seguidamente algumas referências.

2. A TELESCOLA: UM SUBSISTEMA INOVADOR/TECNOLÓGICO

Uma palavra ainda para o Instituto de Tecnologia Educativa, concebido como uma superestrutura que, embora com atribuições específicas funcionava em Lisboa. A ele cabia: o controle da política geral; o controle financeiro; a nomeação de pessoal; a última palavra sobre o estabelecimento de postos; responsabilidades ao nível do equipamento; controle e monitorização dos exames e classificação dos alunos; a atribuição de subsídios aos alunos; o apoio técnico e operacional; e a planificação da formação. Eram essencialmente funções pedagógicas e administrativas embora o “centro operacional” estivesse na Telescola sediada em Vila Nova de Gaia. O relatório que temos seguido, refere que:

“(…) a Telescola tinha sido colocada no Porto para beneficiar da feliz oportunidade de espaço nos estúdios e tempos de antena, na recente rede de transmissão do Porto [referência aos estúdios do Monte da Virgem]. À medida que a Telescola foi crescendo e em virtude da acumulação de exigências de movimentação e operacionalidade a separação física entre a Telescola no Porto e a Direção ativamente controladora do ITE em Lisboa tornou-se cada vez mais incómoda.” (OCDE, 1977, p.29).

Fica claro, analisada à distância temporal a que nos encontramos, que o grau de autonomia e responsabilidade que os serviços da Telescola assumiram, nunca teriam sido possíveis se tivesse existido a sua transferência para Lisboa com a respetiva incorporação no ITE.

A Telescola arrancou primeiramente com uma programação produzida nos estúdios da RTP em Vila Nova de Gaia. Nos postos de receção as aulas eram vistas em direto e depois exploradas por monitores com os alunos com o recurso a fichas de atividades. O papel dos monitores era importante, pois eram eles que estavam em contacto direto com os alunos e a quem os alunos abordavam para dúvidas e alguns esclarecimentos. Como tal, os monitores teriam de estar cientes do seu papel e das matérias que seriam abordadas. As emissões de cada uma das disciplinas eram elaboradas por um conjunto de docentes dessa área que também criavam um *Boletim de Orientação de Monitores*, assim como, uma emissão dirigida aos monitores sobre as matérias que pudessem originar mais dúvidas. Mais dirigido aos alunos preparavam todo o material de apoio necessário (textos, fichas de trabalho e testes de avaliação) (ALMEIDA e MATOS, 2001, p. 73).

Em 1975 a Telescola adquiriu instalações próprias onde gravava as aulas e onde funcionavam os serviços pedagógicos, técnicos e administrativos. A RTP passou a ser utilizada apenas para a transmissão dos conteúdos. Existiam equipas pedagógicas responsáveis pela elaboração e apresentação dos programas e por todo o material de apoio. Até então todas as aulas eram gravadas e transmitidas em direto dos estúdios da RTP em Vila Nova de Gaia.

Em 1988 as aulas passaram a ser lecionadas através de videocassetes. Tal permitiu uma maior autonomia dos monitores (professores), pois podiam gerir o tempo e interagir mais e assim deixar de ser apenas monitores. Podiam ainda, se o desejassem, repetir a transmissão das aulas mais problemáticas em termos de assimilação por parte dos alunos.

Os postos de receção começaram a surgir após 1965 com o Despacho Ministerial de 19 de maio do mesmo ano. Este indicava as determinações a serem seguidas na concessão de alvarás dos postos de receção e de diplomas de monitores e ao funcionamento dos postos. Estes podiam ser requeridos por quaisquer entidades públicas ou particulares que dessem garantias de conveniente funcionamento dos postos. Nesse sentido, um individuo podia-se propor a exercer as funções de monitor caso reunisse os requisitos legais de idoneidade e habilitação por estabelecimentos de ensino particular, grémios, sindicatos, Casas do Povo, estabelecimentos de assistência ou detenção, empresas industriais, comerciais ou agrícolas, salões paroquiais, associações culturais, recreativas ou desportivas. Referia também as condições necessárias para a concessão do alvará do posto. As mais importantes eram: número de salas suficientes para receberem turmas de 20 alunos, sendo os requisitos base das salas

- área de 30m², ventilação e iluminação -, instalações sanitárias separadas por sexo, secretária e cadeira para o docente, banco de trabalho para os alunos assim como todas as ferramentas necessárias, armário, quadro preto ou equivalente, receptor de TV com pelo menos 49 cm na diagonal, material didático coletivo para a aritmética e geometria, geografia e ciências naturais.

Quanto ao funcionamento dos postos de recepção a informação também era muito detalhada explicitando:

- O calendário letivo seria igual ao das escolas técnicas públicas;
- Todos os dias o horário seria o da duração das emissões das lições e outro tanto para a respetiva exploração com a orientação do monitor, mas sendo que a carga diária deveria rondar as 4/5 horas menos ao sábado que seria inferior;
- A divisão semanal de tempos letivos por disciplina e por exploração era feita pela Telescola;
- Cada sala tinha de ter um mínimo de 1 monitor;
- Quando cada sala tinha mais que um cada um deveria ocupar-se sempre das mesmas disciplinas;
- Com mais do que um monitor por posto um seria designado de encarregado;
- Quando as circunstâncias o justificassem poderia haver postos com os dois sexos de alunos, sendo que estes teriam de estar divididos em salas diferentes;
- Os alunos tinham de pagar de matrícula 50\$ no mês de setembro e uma mensalidade máxima de 200\$ (dependia da situação económica do aluno) em relação a cada um dos meses de outubro a julho;
- Os postos de recepção deveriam tentar encontrar formas de facilitar a frequência dos alunos, como por exemplo a concessão de bolsas.

Num Relatório internacional da responsabilidade da OCDE, publicado em 1977, era possível enumerar as virtualidades pedagógicas e didáticas do processo de ensino e aprendizagem protagonizado pela Telescola. Referindo que nessa altura “o sistema estava solidamente implantado e integrado nas medidas oficiais instituídas para a escolaridade obrigatória” (OCDE, 1977, p.29), caracteriza assim o seu percurso e ponto de chegada:

“(…) a Telescola foi responsável por um grande número de inovações específicas, tais como: a) Combinar os meios tradicionais de ensino com o ensino pela televisão; b) Conjuguar os recursos públicos e a iniciativa particular; c) Estabelecer um programa “unificado” ou “polivalente” para os 5º e 6º anos; d) Admitir alunos que tinham completado a escola primária sem o “competitivo exame de admissão; e) Coeducação; f) Introdução da Matemática Moderna” e outros métodos mais atuais; g) Uso e coordenação de várias formas de avaliação; h) Desenvolvimento e adaptação de testes psicométricos como meio de orientação

e guia profissional; i) Apoio constante aos monitores; j) Desenvolvimento do papel dos “assistentes”; l) Fornecimento de textos especiais para os alunos, articulados com as emissões; e) Desenvolvimento de outros meios de distribuição nos casos em que o circuito aberto não era viável. (OCDE, 1977, p.30).

Esta rigorosa e imparcial análise sobre o caráter inovador, sintetizava um conjunto de metodologias que tinham trazido ao panorama pedagógico e didático português, práticas comuns em muitos outros países. A simples utilização da tecnologia televisiva impulsionou grandes alterações, mas também a criteriosa escolha do corpo de professores para a lecionação no estúdio (Francês, por exemplo) e o apoio administrativo e didático fornecido através de “cadernos de atividades” aos monitores nos postos, revelou-se crucial para ultrapassar uma aparente distanciação entre emissor e recetor. Por outro lado, o facto de um professor especialista numa determinada matéria, ser seguido em simultâneo pela TV por um elevado número de alunos em postos de receção espalhados por todo o país, garantia alguma uniformidade no conteúdo transmitido e alguma igualdade para todos os recetores. As lições de 20 minutos, eram posteriormente exploradas com a ajuda do monitor no terreno, durante um outro tempo de 25 a 30 minutos. Assumindo que este modelo era mais propício para umas disciplinas do que para outras (daí por exemplo ter sido abandonada a lecionação de Educação Física), também convirá referir que algumas delas utilizaram a Telescola como laboratório de inovação. Foi o caso da disciplina de Francês lecionada por um professor de origem francesa ou o caso da Matemática onde o docente escolhido incorporou um conjunto de novidades já testadas noutros países e conhecida por “Matemática Moderna”.

Estes monitores foram, ao longo sobretudo do período inicial (até 1975), professores primários que, em regime de horas extraordinárias, acompanhavam ao longo da tarde o grupo de alunos que desejavam ver as lições televisionadas e assim irem aumentando o seu nível de escolaridade. A habilitação mínima – qualquer diploma de professor de qualquer grau de ensino – permitiam englobá-los. Embora fosse preocupação dos serviços centrais da Telescola, assegurar dois monitores por posto de receção (e de preferência um mais familiarizado na área das letras e outro nas das ciências), isso nem sempre era possível. A partir de 1975 estes monitores passaram a desempenhar as suas funções a tempo inteiro acabando com esta duplicação de funções.

Os testes de avaliação eram também da sua responsabilidade, bem como as respetivas correções. O referido relatório da OCDE, pormenoriza este processo de avaliação:

“(…) a) Testes por objetivos periódicos: 6; escolha múltipla; com duração de 50 minutos. “as respostas eram processadas por um computador IBM e classifica-

das na sede do ITE; b) Testes ‘complementares’ periódicos: tipo normal/discursivo: para as disciplinas de Língua portuguesa, Matemática, Francês e por vezes para Ciência, História e Geografia; c) Notas dos monitores: opinião global sobre o nível atingido, numa escala de classificação de 0 a 20; d) Testes orais: para as disciplinas de Francês e Português, uma vez por ano; e) Exame final: no final do 6º ano.” (OCDE, 1977, p.19 e 20)

Esta forma de pensar a pedagogia e a didática por parte dos seus principais agentes, repercutiu-se nos elevados níveis de sucesso dos alunos que frequentavam a Telescola - “ (...) 85 a 90% dos alunos da Telescola obtém aprovação, o que é uma proporção mais elevada que a da média das escolas de ensino direto” (OCDE, 1977, p.38) - e, também constatado nos vários estudos, os alunos que seguiam para o ensino secundário demonstravam uma boa capacidade de acompanhamento das matérias, pelo que não evidenciavam limitações pelo facto de terem frequentado o Ciclo Preparatório TV. Tanto sob o ponto de vista de conteúdos como de práticas educativas, verificava até que muitas das experiências pedagógicas e didáticas “emitidas” nas aulas foram posteriormente incorporadas nas práticas do ensino público. Disciplinas como a Matemática, a Língua Estrangeira - no caso o Francês - os Estudos Sociais e a História, tiveram práticas pioneiras através dos docentes que trabalharam na Telescola. A inovação da filmagem em espaços ao ar livre, o registo de depoimento e experiências realizadas especificamente para serem filmadas e executadas por especialistas, ou a sonoridade específica de uma Língua Estrangeira lecionada por um autóctone, foram alguns dos exemplos onde a inovação esteve presente neste subsistema.

3. A AVALIAÇÃO DO SUBSISTEMA.

“ (...) era inesperado que em Portugal tivesse surgido o único exemplo europeu bem fundado de um sistema de ensino integrado, em que a televisão desempenhava o papel instrutivo central, cobrindo todo o currículo do nível do 1º Ciclo Secundário e ocupando-se de milhares de crianças.” (OCDE, 1977, p. 1-2)

Este subsistema que na sua fase de desenvolvimento consegue mostrar-se eficaz na “satisfação das necessidades escolares dos país no que concerne ao 5º e 6º anos”, (OCDE, 1977, p. 38), continua a ser “uma destas “*raras avis*” da mais bela plumagem, e todavia surpreendentemente desconhecida”. (OCDE, 1977, p.5) Seria necessário esperar pelo período pós-revolucionário para se tomar consciência da evidente necessidade de avaliação de todo o sistema e com isto fazer o balanço do trabalho prestado pela Telescola durante a sua primeira década de existência.

3.1. A REVISÃO DO SUBSISTEMA, PELA ÓTICA DA OCDE

Por iniciativa da OCDE constitui-se um grupo de trabalho que se vai dedicar à elaboração do “Programa de ação cooperante para 1977” onde é feita “uma revisão

para a avaliação da Telescola com recomendações”. Neste relatório é feito um balanço da ação deste subsistema nos seus primeiros anos de funcionamento, colocando a tónica nos aspetos inovadores, nas maiores fragilidades e apontando algumas recomendações para o correto funcionamento de toda a estrutura.

Este relatório vem confirmar o carácter pioneiro assumido pela Telescola na introdução de um vasto número de inovações específicas, como tivemos já a oportunidade de referir. Ao refletir sobre o diretrizes curriculares vigentes para a CPTV, estes refletem, sem dúvida, uma conceção moderna acerca do que e como deverão os alunos aprender na escola, numa perspetiva pedagógica contemporânea e tendo em conta a investigação recente sobre a didática das diversas disciplinas” (OCDE, 1977, p.32) Esta conceção pedagógica moderna refletiu-se, de forma mais evidente, em determinadas disciplinas, como por exemplo no ensino da matemática, através da adoção de elementos da matemática moderna, ou mesmo na abordagem mais realista da disciplina de Francês. (OCDE, 1977, p. 32) A juntar a este modelo pedagógico inovador, e à utilização de um sistema de monitores e da utilização da TV como veículo para o ensino, a Telescola assumiu uma posição de vanguarda na construção de um sistema de avaliação profundamente complexo e assistido por programas computadorizados.

A conjugação destes fatores, entre outros, permitiu a obtenção de resultados significativamente positivos. Segundo os dados existentes, “85 a 90% dos alunos da Telescola obtém aprovação, o que é uma proporção mais elevada que a da média das escolas de ensino direto” (OCDE, 1977, p.38) Ainda assim, muitos foram os professores do ensino direto que assumiram uma postura crítica e de descrença relativamente a estes resultados e ao modelo de avaliação adotado, que entendiam como facilitista. Contudo, pelo que conseguimos averiguar, o CPTV não exercia um trabalho de segunda qualidade, quando comparado com o ensino direto, uma vez que “um grande número de alunos da Telescola que terminam o 6º ano entram nas escolas secundárias e de acordo com a informação disponível ficam em pé de igualdade com os outros alunos.” (OCDE, 1977, p. 38) Podemos concluir, portanto, que a televisão educativa, nos seus primeiros dez anos de ação em Portugal, conseguiu cumprir o seu objetivo principal, levar uma instrução de qualidade a todos aqueles que, por algum motivo, não tinham lugar na rede de escolas de ensino direto.

Ainda assim, apesar da eficiência pedagógica demonstrada por este sistema de “ensino com a televisão”, são visíveis, à data da elaboração do referido relatório, alguns problemas logísticos que afetam a gestão de toda a estrutura. Entre essas debilidades destacam-se: “o insuficiente apoio administrativo; a má qualidade das gravações que foram retransmitidas (desajuste de datas e numeração dos programas); a preparação dos programas de História e Estudos Sociais no Porto e gravação em Lisboa; o embargo na consulta de arquivos, ou destruição dos mesmos; a desintegração da “Secretaria das Escolas” na sede da Telescola; as falhas no serviço de correios;

a rutura abrupta com o sistema anterior.” Porém, “as emissões diárias da Telescola conseguiram um esquema de trabalhos mais organizado do que a maioria das escolas preparatórias.” (OCDE, 1977, p. 46)

Ainda que a Telescola tenha sido alvo de várias críticas, nomeadamente por parte dos professores do ensino direto, as populações locais, nomeadamente nas áreas rurais vão demonstrar uma predileção por este modelo de ensino, fator que explica, em grande medida, a dimensão que este sistema atingiu, bem como a longevidade que viria a ter. Sobre este aspeto, um dos Diretores da Telescola, o Dr. Rocha, entende que a preferência demonstrada pelos aldeãos tem por fundamento as seguintes razões: o baixo custo do CPTV; a relação que se estabelece entre o monitor e a família dos alunos; a possibilidade de conjugar os estudos com os trabalhos domésticos; o ambiente familiar que se cria no posto de receção do CPTV (típico de um escola primária); adaptação da Telescola ao meio rural. (OCDE, 1977, pp.52 e 53) Em suma, a boa receção deste modelo por parte da população resulta da capacidade de conjugar elementos pedagógicos profundamente modernos e inovadores, ao mesmo tempo que é respeitada a postura “antiquada” dos seus alunos e das respetivas famílias. (OCDE, 1977, p.54)

Efetivamente, a grande vantagem da Telescola, segundo este relatório, reside na sua capacidade de adaptação à realidade rural, bem como a sua grande flexibilidade. “Podem estabelecer-se postos com despesas mínimas de capital e num curto espaço de tempo. Em paralelo e quando a situação o permita, podem ser fechados postos sem prejuízo. O sistema CPTV insere um “saldo” entre a escolaridade primária e a escolaridade pós-obrigatória, de valor particular, num período em que a futura forma e tamanho do sistema educativo está longe de estar estabelecida.” (OCDE, 1977, p.82)

Em jeito de balanço, a equipa encarregue da realização deste estudo conclui que “após 10 anos de experiência e ajustamento, a Telescola atingiu, na verdade um “círculo” muito bom. A sua metodologia de televisão instrutiva (até onde a observação e discussão nos permitem julgar) funciona bem e com um grau de sofisticação, no qual os peritos podem falhar mas que se adapta bem às condições de receção” (OCDE, 1977, p.102)

3.2. O GRUPO DE AVALIAÇÃO DA TELESCOLA (GAT)¹

O Ministério da Educação foi transformando os postos de receção particulares em oficiais e, depois de 1975, começou mesmo a colocar em causa a necessidade da sua existência. Essa indefinição originou a constituição de vários grupos de trabalho para a sua avaliação, destacando-se o coordenado pelo professor Cândido Varela de Freitas, cujo testemunho foi inequívoco:

¹ Por se tratar de um Relatório pouco acessível, consideramos pertinente inclui-lo neste ebook como Anexo.

“(…) E constituímos aquilo que se chamou o GAT (Grupo de Avaliação da Telescola), que fez um trabalho que eu penso que foi realmente intenso, porque visitamos praticamente postos de receção em todos o país de norte a sul, observámos monitores em ação, lançamos um questionário aos três mil professores/monitores que existiam na altura, fizemos reuniões variadíssimas com os inspetores/orientadores, portanto com os orientadores pedagógicos, os OP’s como eram chamados, fizemos reuniões, mas quando digo que fizemos reuniões, foram várias reuniões com as equipas pedagógicas que estavam quer no Porto, quer em Lisboa, porque nessa altura havia de facto equipas quer no Porto, quer em Lisboa. Ao fim desses dois anos, rigorosamente ano e meio de trabalho, produzimos um relatório preliminar, que eu tenho aqui na mão, “Estudos de avaliação do Ciclo Preparatório TV: relatório preliminar das atividades do ano 79/80”, do GAT. No qual chegamos a conclusões interessantes, e que confirmavam essa primeira surpresa inicial, é que o ensino do CPTV, portanto o ensino com a televisão, como os orientadores gostavam de dizer “não é pela televisão, é com a televisão”, esse ensino não era de facto de segunda qualidade, era um ensino que era uma alternativa positiva ao ensino direto.”²

O Grupo de Avaliação da Telescola (G.A.T.) inicia funções no dia 4 de outubro de 1979, sob a alçada do ITE, com uma equipa constituída pelas licenciadas Maria da Conceição Goulão de Paiva Duarte de Barros e Fernanda Maria Teixeira Espada Seixas e Sousa, sob a coordenação do professor Cândido Manuel Varela de Freitas. Tendo por objetivo principal a avaliação formativa do CPTV, previa-se que da atividade do G.A.T. se constituísse um banco de dados da Telescola, bem como um centro de documentação histórica do Curso Preparatório TV. Para além do que se propunha fazer, “a ação do G.A.T. no terreno desencadeou um sentimento de esperança e de confiança que, pode dizer-se, atingiu larga faixa dos P.Ms [Professores Monitores] e a maior parte dos O.Ps [Orientadores Pedagógicos]” (GAT,1981, p. 4)

De forma a proceder à avaliação do Ciclo Preparatório TV definiram-se, desde logo, aqueles que seriam os aspetos de particular reflexão por parte deste grupo. Foram então “determinados três projetos que, basicamente, constituíram o cerne da atividade do G.A.T. em 1979-1980: 1) O processo de exploração das lições do CPTV nos postos de receção; 2) A orientação pedagógica dos professores-monitores; 3) A formação de professores-monitores”. (GAT, 1979:2)

Por forma a compreender em que constituía o CPTV, bem como perceber o seu significado dentro do panorama educativo português, foi definida uma “metodologia que se baseou fundamentalmente no contacto direto com os vários intervenientes no siste-

² Depoimento do Professor Doutor Varela de Freitas – Universidade do Minho, Coordenador do GAT-1979, recolhido para a elaboração da História da Telescola em DVD, em 2010.

ma, privilegiando: (1) observação direta e participativa; (2) entrevistas; (3) observação de aulas; (4) inquéritos; (5) atas de reuniões; (6) relatórios expressamente solicitados.” (adaptado de G.A.T., 1981, p.3) É neste contexto que surge, como resultado do trabalho desenvolvido por esta instituição, o “Relatório Preliminar das Atividades do Ano 1979-1980 do Grupo de Avaliação da Telescola”.

Este grupo de avaliação vai reiterar opinião contida no parecer da OCDE. O documento supra referido vai reforçar o caráter inovador deste subsistema de ensino no que diz respeito ao processo pedagógico que aí se desenvolve – produção, receção e exploração. (GAT, 1981, p.3)

O balanço, conforme testemunha o depoimento do Professor Cândido Varela de Freitas, que acima referimos, não poderia ser mais positivo. O exercício de avaliação deste subsistema mostrou que o ensino com a televisão, enquanto via de ensino preparatório, dada a sua natureza metodológica vai chegar a um grupo muito considerável da população portuguesa, ao mesmo tempo que a qualidade da instrução aí ministrado regia-se pelo rigor e profunda qualidade. (GAT, 1981, p.25)

4. A DIMENSÃO ESPACIAL DO SUBSISTEMA. “UMA ESCOLA RURAL”

A realidade da cobertura da rede escolar em Portugal é, neste período, muito deficitária. Os edifícios escolares tendem a concentrar-se nas áreas urbanas, uma vez que é aí que se encontra a grande massa humana. O modelo mais reduzido de escola preparatória destina-se a uma realidade com 360 alunos, número esse que excede largamente as crianças que habitam em muitas áreas rurais. Nestes casos só existem duas soluções: deslocar as crianças até à escola mais próxima (que na maioria dos casos se encontra a km) ou adotar o CPTV na própria aldeia. (OCDE, 1977, p.51) – “o transporte oferecido, embora fortemente subsidiado, representava algum encargo para as famílias” (OCDE, 1977, p.52) Segundo o que conseguimos apurar, a segunda destas opções vai ter uma manifestação significativa, tanto no que diz respeito à sua expressão espacial, como no que concerne à sua durabilidade. Vejamos, nas linhas que seguem, o significado numérico e espacial assumido pela Telescola, assim como a sua função no processo de encurtar a distância para a escolarização.

Uma década após a criação da Telescola e da abertura dos primeiros postos de recessão das emissões televisivas, este sistema de ensino chega a um universo de 881 postos oficiais, aos quais devemos acrescentar 35 postos particulares, perfazendo um total de 916. Esta estrutura, de já consideráveis dimensões, possibilitava que 35.446 jovens acedessem à escola, o que de outra forma seria consideravelmente mais difícil, ou mesmo impossível.

Como conseguimos perceber através da análise do **Mapa nº1**, o noroeste de Portugal continental é a região mais favorecida pela estrutura de postos oficiais, no ano letivo de 1975/76. O distrito de Viseu é aquele em que neste ano se encontram

mais postos de recepção em funcionamento, um total de 86. Os distritos de Santarém e Braga são igualmente bem servidos pela estrutura da televisão educativa, com 80 e 78 postos em funcionamento, respetivamente. No polo oposto, são os distritos de Setúbal, com 23 postos, Évora e Faro, ambos com 25, onde a Telescola se fez representar de uma forma menos significativa.

Do ponto de vista de distribuição territorial, conseguimos perceber que grande parte dos postos se vão instalar longe dos centros urbanos. A tendência geral demonstrada faz perceber uma propensão para a abertura de postos da Telescola em lugares afastados das sedes de distrito, a uma escala mais abrangente, e das sedes de freguesia, num contexto mais local.

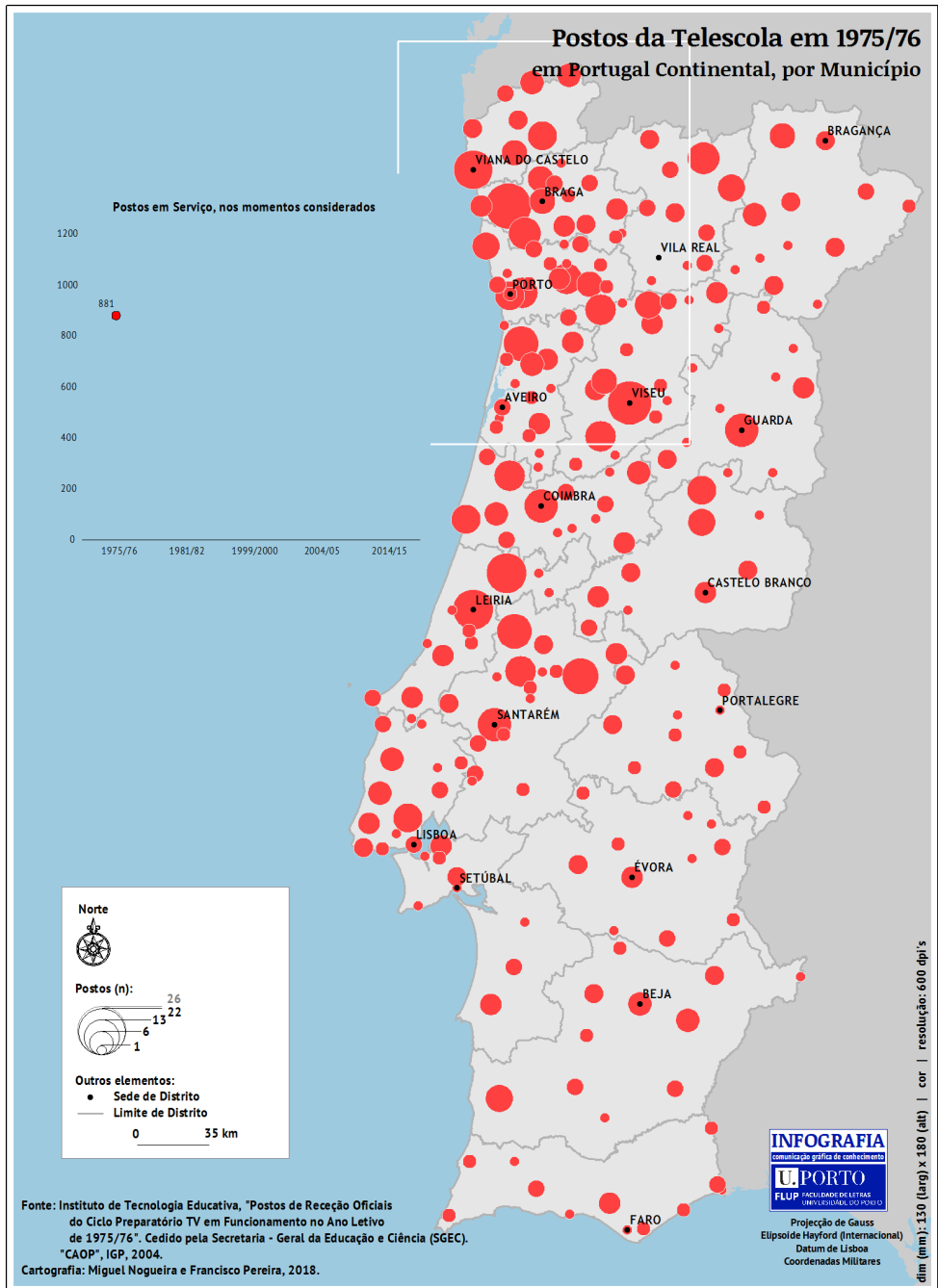
Este cenário, de centrifugação, vai-se denotar nos três momentos que aqui analisamos (1975/76; 1981/82; 1999/2000), o que comprova que a telescola, enquanto subsistema alternativo, vai procurar suprimir as fragilidades da rede de escolas públicas que existia em Portugal, durante o século XX, instalando-se, portanto, nas áreas rurais, por excelência, contribuindo, desta forma, para uma progressiva democratização do ensino.

Efetivamente, a representação cartográfica permite-nos perceber, sob o ponto de vista territorial, a dimensão e distribuição deste subsistema, contudo, esta análise pode e deve ser complementada com outros dados, no sentido de avaliarmos de que forma a Telescola vai inserir, segundo as palavras dos consultores responsáveis pela avaliação deste sistema, “um saldo positivo” no que se refere ao 5º e 6º ano de escolaridade.

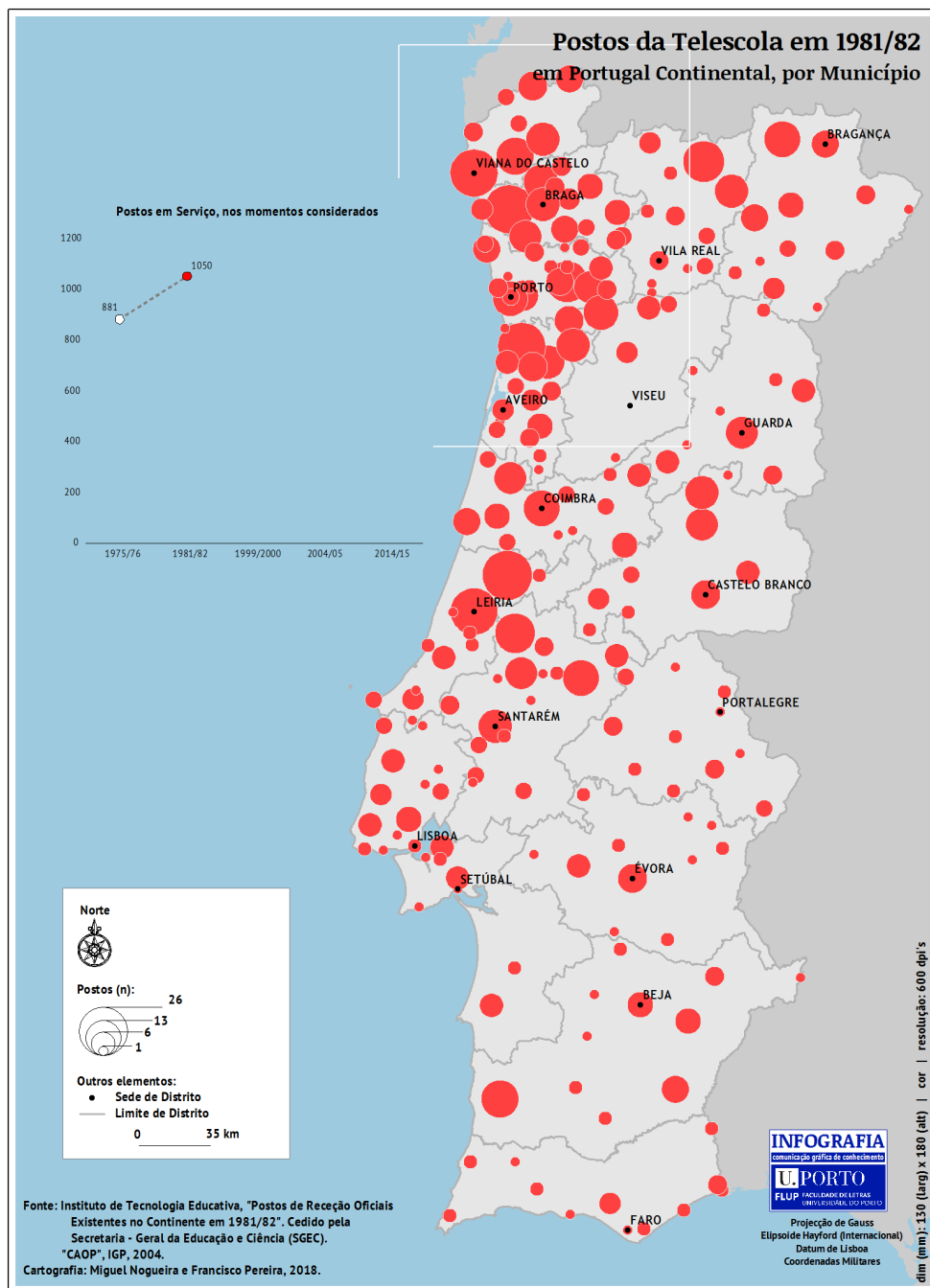
Nesse sentido, será de todo interesse referir que o número de alunos deste subsistema de ensino representa, em 1975, cerca de 14% do total de alunos matriculados no 5º e 6º anos de escolaridade. Por sua vez, se atentarmos na taxa real de escolarização, no que ao ensino preparatório diz respeito, vemos que houve um aumento significativo relativamente a 1965. Num período de 10 anos temos um crescimento deste indicador de 11,8% para 27,4%. Não pretendemos com isto dizer que este crescimento se deve única e exclusivamente à ação da Telescola, contudo, podemos afirmar com segura certeza que a ação deste sistema possibilitou que um maior número de alunos em idade normal de frequência deste ciclo tenha efetivamente acedido à escolarização.

Vejamos agora o retrato da rede da Telescola relativamente ao ano letivo de 1981/82, momento em que registamos um dos valores mais elevados no que diz respeito aos postos de recepção oficiais em funcionamento.

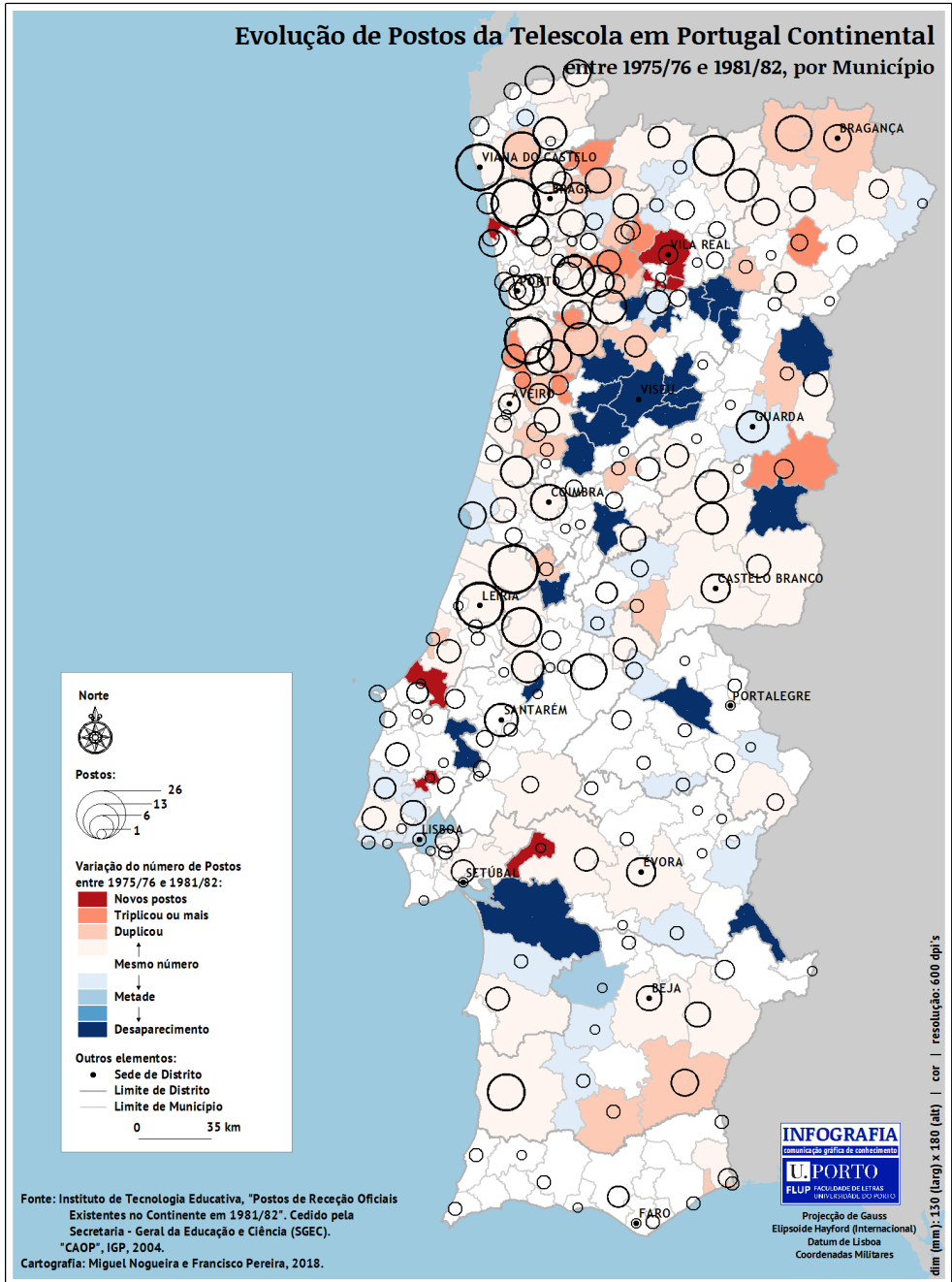
No ano letivo de 1981/82 (Mapa 2) encontram-se em funcionamento 1050 postos de recepção oficiais, onde 59.270 alunos distribuídos por 3.271 turmas do 5º e 6º anos de escolaridade, com o apoio dos professores/monitores, assistem às lições ministradas pelos professores da televisão.



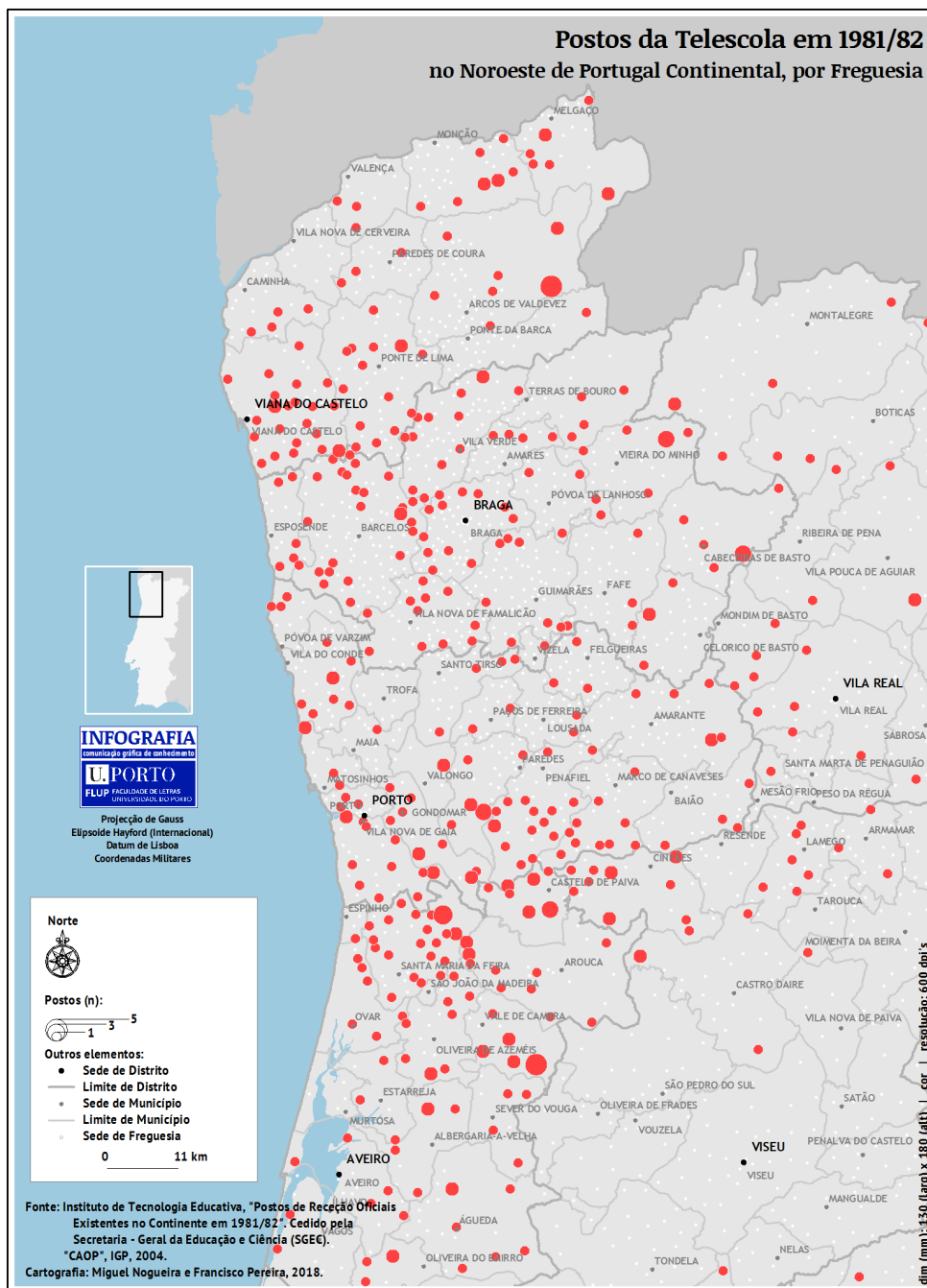
Mapa nº 1 | Postos Oficiais da Telescola em 1975/1976



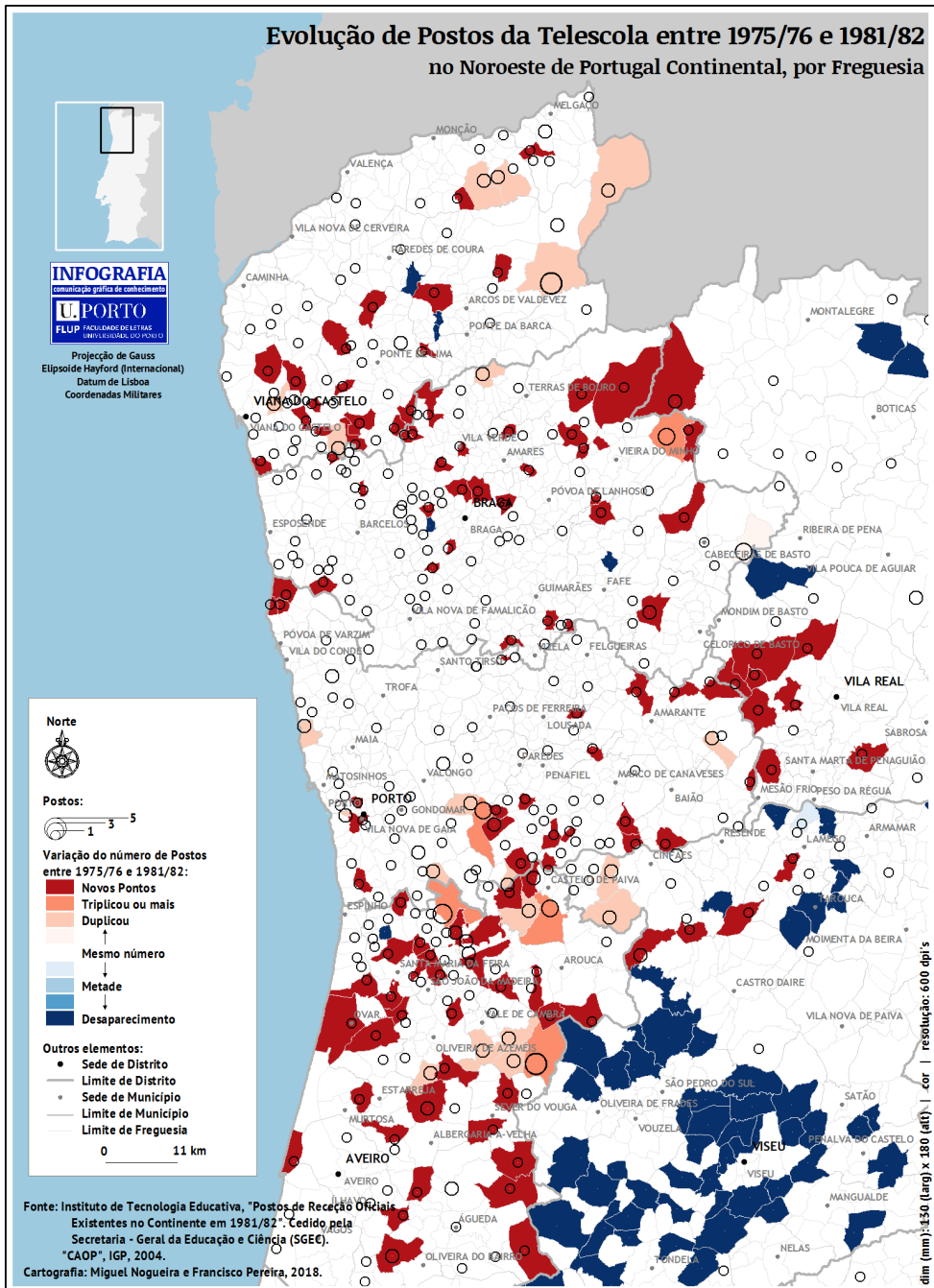
Mapa nº 2 | Postos Oficiais da Telescola em 1981/1982



Mapa nº 3 | Evolução de Postos da Telescola em Portugal Continental entre 1975/1076 e 1981/1982



Mapa nº 4 | Postos da Telescola em Portugal Continental em 1981/1982 no Noroeste de Portugal por freguesia



Mapa nº 5] Evolução dos Postos da Telescola em Portugal Continental entre 1975/1976 e 1981/1982 no Noroeste de Portugal por freguesia

Quando comparamos o número de postos oficiais em funcionamento em 1975/76 e 1981/82, no sentido de traçar o processo evolutivo da rede de cobertura da Telescola, conseguimos perceber que entre estes dois momentos há um aumento de aproximadamente 19% do número de postos. A década de 80, se por um lado constitui o momento em que se começa a prever o fim desta experiência pedagógica inovadora, também constitui o período de maior vigor deste subsistema.

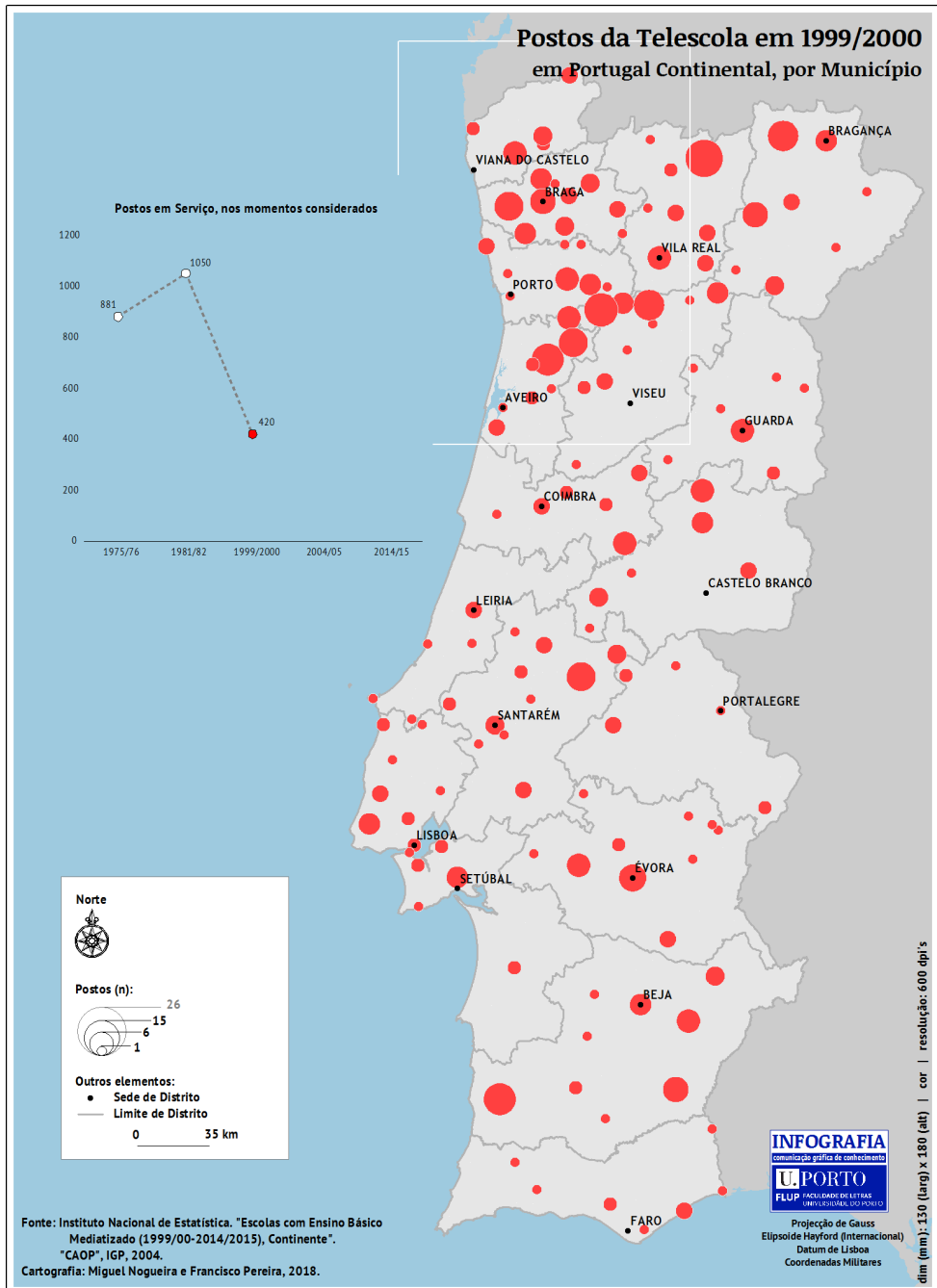
No que à distribuição geográfica se refere, mantém-se a mesma tendência para o desencontro entre as sedes municipais e os lugares mais favorecidos para o funcionamento dos postos. Da mesma forma, também o noroeste de Portugal é a região por excelência de afirmação da Telescola, sendo que os distritos de Braga, Aveiro e Porto, são os que apresentam um maior número de postos em funcionamento, com 109, 108 e 102, respetivamente.

Na comparação espelhada no Mapa 3, e confrontando em particular as zonas onde são visíveis os novos postos da Telescola e, simultaneamente, as manchas de desaparecimento, consegue-se perceber as tendências diferentes que aí são evidenciadas. O espaço entre o litoral e o interior, aparece demasiado pintado de azul, a par de alguns focos próximos da fronteira. A força centrípeta dos grandes centros, aliada a maiores expectativas sociais relativamente ao papel da escolarização, sugere uma tendência de aproximação de locais onde toda a escolarização possa ser cumprida (passagem dos 6 anos de escolaridade obrigatória para 9 anos) e até onde seja possível prosseguir para estudos superiores. Isto não pode invalidar, sobretudo olhando o número absoluto de postos, o grande significado que a Telescola ainda assume em muitas regiões.

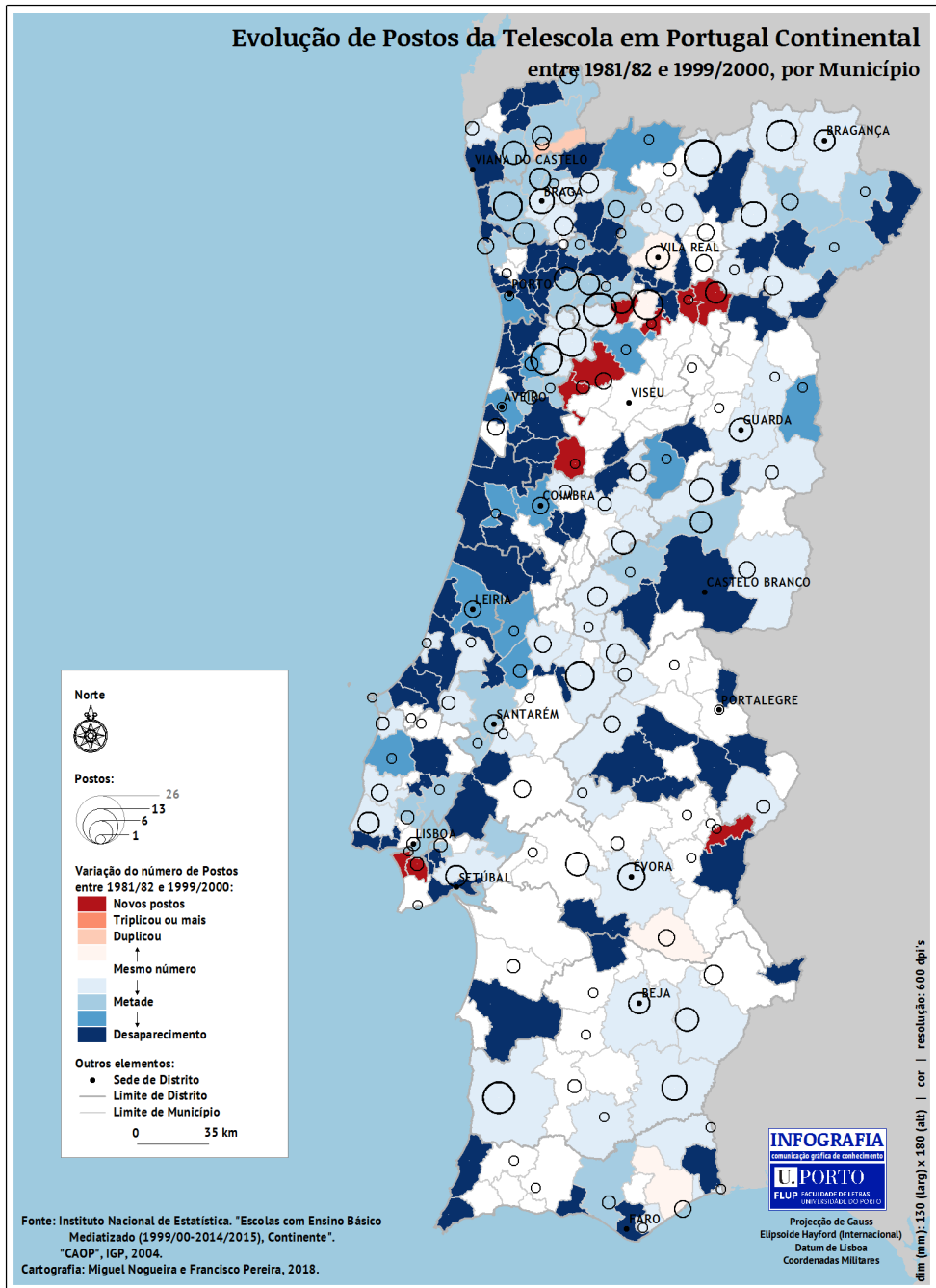
Aliás o Mapa 4 vem evidenciar a grande importância que este subsistema teve para o Noroeste de Portugal, aproveitando aqui também as infraestruturas do ensino primário e os(as) professoras desse grau de ensino, disponíveis e preparadas, através de formação específica e também veiculada através da televisão, para exercerem as funções de monitor(as) nas “tardes livres” desses espaços escolares (no turno da manhã havia as atividades escolares do ensino primário / primeiro ciclo e na parte da tarde chegavam os alunos do CPTV).

O Mapa 5 reforça esta impressão e permite-nos verificar as tendências entre as datas de 1975-1976 e 1981-1982.

O Mapa 6 relativo aos “Postos da Telescola em 1999/2000” e, em particular, o gráfico que o acompanha e que nos permite ver os “Postos em Serviço” evidencia o aspeto descendente, tanto do significado deste subsistema, como do caminho claro para a sua irrelevância. Pelos depoimentos e pelas análises realizadas por vários grupos de reflexão (destacando aqui o coordenador do Grupo de Avaliação da Telescola o Dr. Cândido Varela de Freitas) e, em particular pelos últimos responsáveis do Instituto de Tecnologia Educativa (Dr. Rocha Trindade) ou da direção da Telescola/EBM (Engº Manuel Pinheiro) era visível que a sua função educativa e social não estava esgotada. Apesar disso, superiormente e centralmente foi decidida (despacho 598/2001) a sua extinção ao ritmo de 10% por ano ao longo da primeira década do século XXI e assim foi executado.



Mapa nº 6 | Postos da Telescola em 1999/2000 em Portugal continental, por Município.



*Mapa nº 7 | Evolução de Postos da Telescola em Portugal continental,
entre 1981/82 e 1999/2000, por Município.*

O Diploma atribuído anteriormente pelo ministro Roberto Carneiro em 27 de junho de 1991 – “por distinção no desempenho da sua actividade, contribuindo marcadamente para a melhoria da qualidade do ensino e da educação” (Figura 1) – não foi suficiente para aproveitar toda a experiência acumulada que os diferentes profissionais conseguiram implementar, partilhando-a por exemplo com Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que tinham índices graves de analfabetismo e que poderiam por esta via ser mitigados, salvaguardadas pequenas adaptações em determinados conteúdos.

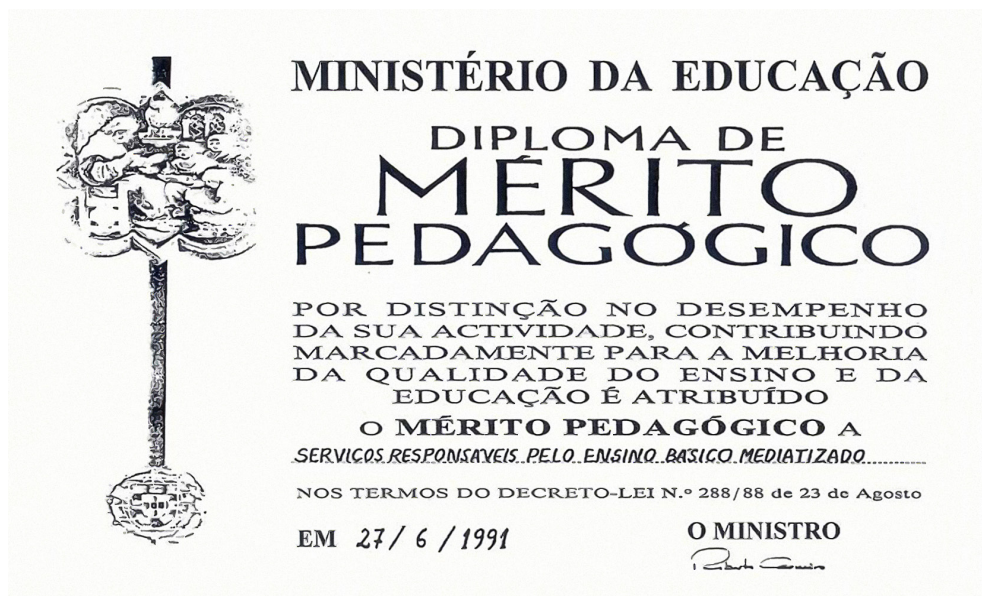


Figura 1 / Diploma de Mérito Pedagógico atribuído ao Ensino Básico Mediatizado

O final do século XX e os inícios do século XXI era já um período onde outras preocupações estavam a instalar-se.

Veja-se o Despacho nº 232/ME/96, de 29 de dezembro de 1996 do Ministério da Educação - Gabinete do Ministro que aprova a criação do Programa Nónio-Século XXI, destinado à produção e utilização das tecnologias de informação e comunicação no sistema educativo, e o Conselho para as Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (CONTIC).

Veja-se o Despacho nº 16126/2000 (2ª Série), também do Ministério da Educação - Gabinete do Ministro que cria o Programa Nónio – Século XXI – destinado a dotar de meios informáticos as escolas. As Tecnologias de Informação e Comunicação entram de forma clara na Formação Contínua de Professores.

Constate-se os vários despachos que vão extinguindo gradualmente postos da Telescola em diferentes localidades.

Em 2005 o Ministério da Educação - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, institui o *GIASE* (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo) e cria uma Unidade para o Desenvolvimento das TIC na Educação – EDUTIC (Despacho 7072/2005 de 6 de abril).

No mesmo ano o Despacho n.º 16793/2005, D.R. n.º 148, II série de 3 de agosto de 2005, através do Ministério da Educação - Gabinete da Ministra cria o Projeto CRIE (centro de recursos informáticos para a educação).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007, de 18-09 aprova o Plano Tecnológico da Educação e no ano seguinte é aprovado o modelo orgânico e operacional relativo à execução, no âmbito do Ministério da Educação, do Plano Tecnológico da Educação (despacho 143/2008).

Nesse ano de 2008 o Ministério da Educação cria a Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (Despacho n.º 18871/2008. 2.ª Série, n.º 135 de 15 de julho de 2008) onde são implementadas equipas multidisciplinares vocacionadas para o desenvolvimento de projetos transversais específicos bem como a criação de Equipas de Recursos e Tecnologias Educativas/PTE.

Quando em 7 de julho, através da Portaria 731/2009, o Ministério da Educação cria o sistema de formação e de certificação em competências TIC (tecnologias de informação e comunicação) para docentes em exercício de funções nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, estava definitivamente instalada uma outra onda tecnológica que muito tinha beneficiado da sementeira que o Instituto de Tecnologia Educativa tinha realizado, num terreno disponível para receber a Terceira Vaga

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Telescola assumiu-se assim como um subsistema educativo, antecipatório em relação a muitas iniciativas que virão a ter lugar apenas depois da Revolução de abril de 1974 e, como vimos, já dentro do novo século. Esta constatação é mais um motivo, e mais um exemplo de que as cronologias políticas e educativas estão normalmente desfasadas e não são implicativas e muito menos dependentes. Tal como noutros exemplos (veja-se por exemplo a Reforma do Ensino Técnico de 1948), a Telescola tornou o futuro menos distante, e até presente, constituindo-se ainda como um excelente laboratório de iniciativas que vão depois alargar-se ao sistema educativo “regular” e fixo, materialmente, dos edifícios escolares. As tecnologias aí utilizadas, os recursos aí produzidos, as didáticas aí ensaiadas (por exemplo nas Línguas Estrangeiras, no caso através do Francês), vão depois fazer “escola” na pedagogia e na didática, dita inovadora, mas que só o era para quem omitiu ou secundarizou as experiências e os exemplos da Telescola.

É evidente que seria impossível aceitar hoje a importância da Televisão ou das videocassetes (que já só existem em antiquários), mas também será verdade aceitar que a disponibilidade para a inovação tecnológica passou muito pelas portas que este subsistema abriu, tanto num quadro nacional como internacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria E MATOS, José Manuel (2001). *Modelando um novo currículo – a Matemática Moderna no início da Telescola*, p. 73. In MATOS, José Manuel e SARAIVA, Manuel (ed.) – *Actas do I Congresso Ibero-Americano de História da Educação Matemática*. Caparica: Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- ALVES, Luís Alberto – *História da Educação uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- BARROS, Raquel Alexandra Carvalho (2012). *A Telescola- perspectivas de monitores*. Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa [Dissertação de Mestrado].
- COSTA, Ana Rita da Silva – *Experiências na Telescola: perspectivas de monitores*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2010
- PROJECTO REGIONAL DO MEDITERÂNEO. *Evolução da estrutura escolar portuguesa (Metrópole)*. *Previsão para 1975*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos de Estatística Económica, s/d.
- TELLES, Inocêncio Galvão (1963) – *Televisão Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional. [Exposição feita pelo Ministro da Educação Nacional, Professor Inocêncio Galvão Telles, através da Radiotelevisão Portuguesa e da Emissora Nacional, no dia 12 de Dezembro de 1963].
- TELLES, Inocêncio Galvão (1966). *Temas de Educação*. Lisboa, Ministério da Educação Nacional.

FONTES DOCUMENTAIS

- Arquivo Histórico da Secretaria do Ministério da Educação, OCDE, Relatório dos consultores e do grupo de trabalho portugueses. Programa de ação cooperante para 1977, projeto (77)13- Portugal: Uma revisão para a avaliação da Telescola com recomendações, 1977
- Grupo de Avaliação da Telescola, Estudos de avaliação do Ciclo Preparatório TV. Relatório preliminar das actividades do ano de 1979-1980 do grupo de avaliação da telescola.

FONTES LEGISLATIVAS

- DECRETO-Lei n.º38 968. *Suplemento do Diário da República*. Iª Série, 241 (27-10-1952).